

Para a Bahia, 54% das subvenções da região

O Nordeste recebeu um terço de todos os recursos de subvenções sociais liberados pelo Ministério da Ação Social entre 1989 e 1992. Dos US\$ 152,7 milhões distribuídos a todo o país, a região ficou com US\$ 50,4 milhões. A Bahia, reduto eleitoral dos "anões" João Alves (PPR) e Genebaldo Correia (PMDB), foi beneficiada com 54% das verbas e é hoje o principal estado sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Receita Federal.

As entidades e prefeituras da

Bahia receberam mais recursos nos últimos quatro anos do que as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul juntas, às quais foram transferidos US\$ 23,2 milhões. O TCU apura se houve irregularidades na aplicação do dinheiro na região, sobretudo desvios para campanhas políticas. Uma enxurrada de recursos entrou em redutos eleitorais de João Alves, como Itarantim (US\$ 3,6 milhões), Cordeiros (US\$ 824,5 mil) e Itanhém (US\$ 354,7 mil). Já a Associação de Obras Assistenciais Irmã Dulce (BA) ficou

com uma quantia irrisória — US\$ 22 mil.

A CPI da máfia do Orçamento constatou que grande parte das entidades ditas filantrópicas da região e favorecidas com recursos são ligadas a parlamentares. A Fundação Anísio Teixeira, de São João Piauí, que recebeu US\$ 68 mil, é coordenada por Murilo Paes Landim, primo do deputado Paes Landim (PFL-PI). Outra descoberta da CPI é que a Sociedade Beneficente e Cultural Antonio Viana (BA), que ganhou US\$ 17,3 mil, funciona dentro da Fazenda Pindorama,

de propriedade de políticos da família Viana. Antonio Viana é pai do ex-deputado Jorge Viana (PMDB).

Durante a gestão do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) no Ministério da Ação Social, em 1992, houve uma avalanche de subvenções para o Nordeste. Entre julho e setembro, as liberações se intensificaram na tentativa de obter apoio contra o impeachment do ex-presidente Collor. Das 68 liberações para a Bahia, em 1992, 41 saíram em setembro, mês da votação do impeachment.